



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 008/2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 18 de junho de 2019, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia.

1.PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.523/2019. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO. RELATORA: CONSELHEIRA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS.

2.PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.7072/2019, APENSOS PROCEDIMENTOS MINISTERIAIS Nº 003.0.8122/2017 E 003.0.6734/2018. ASSUNTO. TERCEIRO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DO CURSO DE MESTRADO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ANDRÉA SCAFF DE PAULA MOTA. RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO RÉGIS DOURADO.

3.INQUÉRITO CIVIL Nº 677.9.168626/2018, DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRUMADO. RELATORA: CONSELHEIRA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS. VOTO VISTA: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS.

4.PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº SIMP 003.0.12220/2019. ASSUNTO: SUGESTÃO DE MODIFICAÇÃO DA SÚMULA 09/2019. INTERESSADO: CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO - CEAMA. RELATORA: CONSELHEIRA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO.

5.PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº SIMP 003.0.7109/2019. ASSUNTO: SUGESTÃO DE MODIFICAÇÃO DA SÚMULA 09/2019. INTERESSADO: CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE ADMINISTRATIVA - CAOPAM. RELATORA: CONSELHEIRA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO.

6.RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:

6.1.Procedimento Ministerial nº 003.9.183919/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do



Consumidor;

6.2. Inquérito Civil nº 597.0.180921/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

6.3. Procedimento Ministerial nº 678.9.166861/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

6.4. Inquérito Civil nº 608.0.163000/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

6.5. Procedimento Ministerial nº 597.9.229614/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

6.6. Inquérito Civil nº 600.9.15788/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

6.7. Inquérito Civil nº 708.9.40041/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

6.8. Procedimento Ministerial nº 003.0.43698/2016, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

6.9. Inquérito Civil nº 644.0.232493/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;

6.10. Inquérito Civil nº 600.9.21019/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

6.11. Inquérito Civil nº 600.9.599/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

6.12. Inquérito Civil nº 001.9.47782/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.13. Inquérito Civil nº 003.9.130031/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.14. Inquérito Civil nº 600.9.10787/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

6.15. Inquérito Civil nº 003.0.155192/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

6.16. Procedimento Ministerial nº 003.0.131792/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.17. Inquérito Civil nº 101.0.230516/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;

6.18. Inquérito Civil nº 003.9.14845/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.19. Inquérito Civil nº 600.9.15849/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

6.20. Inquérito Civil nº 655.0.59261/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Gandu;

6.21. Inquérito Civil nº 167.9.127974/2017, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

6.22. Procedimento Ministerial nº 600.9.123134/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

6.23. Inquérito Civil nº 600.9.52640/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

6.24. Inquérito Civil nº 003.0.237519/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.25. Inquérito Civil nº 001.9.54498/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.26. Inquérito Civil nº 001.9.53534/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.27. Procedimento Ministerial nº 003.9.186111/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.28. Inquérito Civil nº 600.9.32635/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em



- Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.29. Procedimento Ministerial nº 003.0.64173/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.30. Procedimento Ministerial nº 707.9.215259/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 6.31. Procedimento Ministerial nº 003.9.102352/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.32. Inquérito Civil nº 598.0.63459/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.33. Procedimento Ministerial nº 003.9.205784/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 6.34. Inquérito Civil nº 001.0.15660/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.35. Inquérito Civil nº 712.0.174668/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.36. Inquérito Civil nº 003.9.31923/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.37. Inquérito Civil nº 001.9.55875/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.38. Procedimento Ministerial nº 003.9.128044/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.39. Procedimento Ministerial nº 003.0.208076/2010, Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.40. Inquérito Civil nº 323.0.24030/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 6.41. Inquérito Civil nº 198.0.240578/2012, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;
- 6.42. Procedimento Ministerial nº 003.9.28701/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde;
- 6.43. Procedimento Ministerial nº 003.9.130202/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.44. Inquérito Civil nº 596.0.170895/2009, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.45. Inquérito Civil nº 590.0.112050/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.46. Inquérito Civil nº 692.0.88513/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 6.47. Inquérito Civil nº 003.9.183988/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.48. Procedimento Ministerial nº 003.0.130283/2016, apenso aos Procedimentos Ministeriais nº nº 003.9.21369/2018 nº 003.9.270967/2017, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 6.49. Inquérito Civil nº 003.0.41485/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.50. Inquérito Civil nº 003.0.104974/2011, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.51. Procedimento Ministerial nº 003.0.1749/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.52. Inquérito Civil nº 003.1.14020/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:

- 6.53. Procedimento Ministerial nº 003.9.84299/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;



- 6.54. Inquérito Civil nº 681.9.18362/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 6.55. Procedimento Ministerial nº 003.9.267079/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.56. Procedimento Ministerial nº 003.9.77399/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.57. Inquérito Civil nº 644.0.106156/2016, da Promotoria de Justiça de Condeúba;
- 6.58. Inquérito Civil nº 003.0.129842/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.59. Inquérito Civil nº 003.0.71349/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.60. Inquérito Civil nº 001.9.39929/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.61. Inquérito Civil nº 600.9.119555/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.62. Inquérito Civil nº 003.0.255195/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.63. Procedimento Ministerial nº 701.9.220695/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 6.64. Procedimento Ministerial nº 597.9.235071/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.65. Procedimento Ministerial nº 597.9.99975/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.66. Inquérito Civil nº 003.0.234849/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.67. Inquérito Civil nº 598.9.223434/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.68. Inquérito Civil nº 708.0.185634/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:

- 6.69. Procedimento Ministerial nº 003.0.178572/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 6.70. Inquérito Civil nº 001.9.58964/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.71. Procedimento Ministerial nº 003.9.182816/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 6.72. Procedimento Ministerial nº 003.9.34411/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.73. Inquérito Civil nº 677.0.251489/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 6.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.257880/2013, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 6.75. Procedimento Ministerial nº 598.9.32175/2019, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.76. Inquérito Civil nº 003.1.84883/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.77. Inquérito Civil nº 003.0.238010/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.78. Procedimento Ministerial nº 593.9.144737/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de



Barreiras;

6.79. Inquérito Civil nº 003.0.237492/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:

6.80. Procedimento Ministerial nº 608.0.123332/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

6.81. Inquérito Civil nº 022.0.160147/2012, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;

6.82. Inquérito Civil nº 003.0.162449/2015, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

6.83. Inquérito Civil nº 003.0.33587/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.84. Procedimento Ministerial nº 597.9.208825/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

6.85. Procedimento Ministerial nº 003.0.15334/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.86. Inquérito Civil nº 596.0.167642/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.87. Inquérito Civil nº 003.0.22/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.88. Inquérito Civil nº 003.0.27616/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.89. Procedimento Ministerial nº 003.9.127908/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.90. Inquérito Civil nº 590.0.3938/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.91. Inquérito Civil nº 167.0.32370/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

6.92. Inquérito Civil nº 597.0.96112/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

6.93. Inquérito Civil nº 003.9.213928/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.94. Procedimento Ministerial nº 003.1.21669/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.95. Inquérito Civil nº 003.0.129913/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

6.96. Inquérito Civil nº 003.0.50174/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.97. Procedimento Ministerial nº 701.9.203170/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

6.98. Procedimento Ministerial nº 593.9.18084/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

6.99. Procedimento Ministerial nº 003.9.11220/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

6.100. Inquérito Civil nº 718.0.62419/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;

6.101. Inquérito Civil nº 003.0.242877/2014, do Grupo de Atuação Especial de



Defesa da Saúde – GESAU;

6.102. Procedimento Ministerial nº 003.9.45919/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.103. Inquérito Civil nº 598.0.75190/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:

6.104. Recurso Administrativo nº 592.0.34770/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

6.105. Inquérito Civil nº 657.9.104162/2018, da Promotoria de Justiça de Ipiaú;

6.106. Inquérito Civil nº 307.0.147705/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.107. Procedimento Ministerial nº 003.9.121671/2018, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

6.108. Procedimento Ministerial nº 003.0.140691/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

6.109. Inquérito Civil nº 001.9.60437/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.110. Inquérito Civil nº 003.1.13250/2003, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.111. Procedimento Ministerial nº 003.9.216444/20147, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

6.112. Inquérito Civil nº 003.0.237513/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.113. Inquérito Civil nº 001.9.54454/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.114. Procedimento Ministerial nº 003.9.54768/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.115. Inquérito Civil nº 001.9.63344/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

6.116. Inquérito Civil nº 003.0.35268/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.117. Inquérito Civil nº 596.0.162120/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.118. Inquérito Civil nº 003.0.255802/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.119. Inquérito Civil nº 003.0.256944/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.120. Inquérito Civil nº 674.9.52537/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

6.121. Procedimento Ministerial nº 003.9.65647/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

6.122. Inquérito Civil nº 702.9.21583/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

6.123. Inquérito Civil nº 708.0.179036/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:

6.124. Inquérito Civil nº 001.9.203460/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;



- 6.125. Inquérito Civil nº 003.9.46125/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.126. Procedimento Ministerial nº 596.0.109748/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.127. Procedimento Ministerial nº 591.9.5493/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 6.128. Inquérito Civil nº 003.0.28441/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.129. Inquérito Civil nº 003.0.255841/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.130. Inquérito Civil nº 332.9.223446/2017, da Promotoria de Justiça de Tremendal.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SAMPAIO LOEPP:

- 6.131. Inquérito Civil nº 681.9.63991/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 6.132. Inquérito Civil nº 681.0.159046/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 6.133. Inquérito Civil nº 003.9.53469/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.134. Inquérito Civil nº 003.9.47088/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.135. Inquérito Civil nº 167.9.48458/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 6.136. Inquérito Civil nº 001.9.43923/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.137. Inquérito Civil nº 001.9.48447/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.138. Procedimento Ministerial nº 069.9.163983/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.139. Procedimento Ministerial nº 933.9.235673/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 6.140. Inquérito Civil nº 022.9.135778/2017, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
- 6.141. Inquérito Civil nº 001.9.47110/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.142. Inquérito Civil nº 705.0.247632/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 6.143. Inquérito Civil nº 716.9.221623/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 6.144. Inquérito Civil nº 696.9.51406/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.145. Inquérito Civil nº 003.0.83043/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.146. Procedimento Ministerial nº 003.0.78629/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.147. Inquérito Civil nº 003.0.74053/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.148. Procedimento Ministerial nº 069.9.164759/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.149. Inquérito Civil nº 600.9.32645/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;



- 6.150. Inquérito Civil nº 003.0.73385/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.151. Inquérito Civil nº 001.9.63607/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.152. Inquérito Civil nº 001.9.57491/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.153. Procedimento Ministerial nº 003.0.133477/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.154. Procedimento Ministerial nº 598.1.32869/2005, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.155. Inquérito Civil nº 003.9.134258/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.156. Procedimento Ministerial nº 003.0.117456/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:

- 6.157. Inquérito Civil nº 596.0.143840/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.158. Procedimento Ministerial nº 646.0.179782/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 6.159. Procedimento Ministerial nº 003.0.88230/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.160. Inquérito Civil nº 608.0.164271/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jequié;
- 6.161. Inquérito Civil nº 646.0.179046/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 6.162. Inquérito Civil nº 001.9.57526/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.163. Inquérito Civil nº 001.9.56070/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.164. Inquérito Civil nº 003.9.244044/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.165. Procedimento Ministerial nº 003.0.18825/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.166. Inquérito Civil nº 597.9.252492/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 6.167. Inquérito Civil nº 003.9.21631/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.168. Inquérito Civil nº 003.9.21598/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:

- 6.169. Recurso Administrativo nº 003.9.146476/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 6.170. Inquérito Civil nº 003.9.145817/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.171. Procedimento Ministerial nº 001.0.47640/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.172. Inquérito Civil nº 035.9.249880/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;



- 6.173. Procedimento Ministerial nº 646.0.193191/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 6.174. Procedimento Ministerial nº 003.9.33912/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.175. Inquérito Civil nº 167.0.133610/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 6.176. Inquérito Civil nº 003.0.186268/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.177. Inquérito Civil nº 003.0.166832/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 6.178. Inquérito Civil nº 677.9.21947/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 6.179. Procedimento Ministerial nº 003.1.96127/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.180. Procedimento Ministerial nº 608.0.83227/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.181. Inquérito Civil nº 003.0.131385/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.182. Inquérito Civil nº 003.9.5161/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.183. Procedimento Ministerial nº 156.0.226399/2016,, da Promotoria de Justiça de Macarani;
- 6.184. Inquérito Civil nº 003.0.161414/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 6.185. Procedimento Ministerial nº 598.9.99827/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.186. Procedimento Ministerial nº 003.0.106334/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.187. Inquérito Civil nº 003.0.211334/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.188. Inquérito Civil nº 116.0.210445/2016, da Promotoria de Justiça de Esplanada;
- 6.189. Procedimento Ministerial nº 001.0.47640/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.190. Inquérito Civil nº 646.0.179668/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 6.191. Inquérito Civil nº 600.9.15935/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.192. Inquérito Civil nº 600.9.15821/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.193. Inquérito Civil nº 001.9.41322/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.194. Inquérito Civil nº 001.9.198646/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.195. Inquérito Civil nº 608.0.251383/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.196. Inquérito Civil nº 600.9.148001/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.197. Inquérito Civil nº 718.9.143708/2018, da Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
- 6.198. Inquérito Civil nº 003.0.228070/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.199. Inquérito Civil nº 003.0.168503/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;



- 6.200. Inquérito Civil nº 600.9.15674/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.201. Inquérito Civil nº 699.0.181593/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 6.202. Procedimento Ministerial nº 596.9.31529/2019, da 7ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.203. Inquérito Civil nº 597.0.50328/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.204. Procedimento Ministerial nº 592.9.191924/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.205. Procedimento Ministerial nº 592.9.158312/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.206. Inquérito Civil nº 592.9.179127/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.207. Inquérito Civil nº 592.9.114963/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.208. Inquérito Civil nº 592.9.56762/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.

7. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 07 de junho de 2019.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público